

MEMÓRIA TÉCNICA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CT-SAN

SIGLA DA CT/GT:	Câmara Técnica de Saneamento (CT-SAN)
Reunião:	33ª Reunião Ordinária
Data:	17/07/2025 às 09h
Local:	Realizada por videoconferência, através da plataforma Google Meet. Link da videoconferência: https://drive.google.com/file/d/1hnBEbmwug3WMWEp5E_2TSuXSgZ0-9Bg6/view
Pauta:	1. Aprovação das ATAs das reuniões ordinárias 31ª e 32ª; 2. Acompanhamento das adesões pelos municípios da bacia SMT ao Plano Regional de Resíduos Sólidos – Ceriso; 3. Acompanhamento dos PMSB dos municípios da bacia SMT – CERISO; 4. Acompanhamento das discussões do Grupo Técnico para a URAE 1; 5. Informes;
Assunto(s) em discussão:	• Aprovação das Atas Eleusa iniciou a reunião pedindo a aprovação das atas da 31ª e 32ª reuniões, questionando se todos os membros da Câmara as haviam recebido e lido. Ambas as atas foram aprovadas pelo silêncio, indicando consentimento dos presentes. • Apresentação do Ceriso e Planos de Saneamento Lauren Ellen explicou que, na reunião anterior, foi solicitado ao Ceriso um posicionamento sobre o acompanhamento dos planos municipais de saneamento após a entrega aos municípios. Maria Otilia Garcia, então, apresentou os resultados da entrega dos planos de saneamento, realizada em novembro, após audiências públicas em 30 municípios participantes. Maria Otilia informou que oito municípios deram retorno sobre a tramitação e aprovação dos planos como política municipal, e o Ceriso se colocou à disposição para auxiliar os municípios, mas não houve demanda nesse sentido. • Discussão sobre a Validade dos Planos de Saneamento Maria Otilia Garcia e Gomes esclareceram que os planos de saneamento, para terem validade e reserva orçamentária para implantação, devem ser aprovados por lei municipal, e não por decreto. Gomes ressaltou a importância de que os planos façam parte do plano plurianual e da LOA para garantir sua execução. • Acesso aos Documentos dos Planos de Saneamento Maria Otilia Garcia explicou que o Ceriso está em processo de

	transformação jurídica, o que causou a perda de e-mails corporativos e do site, e se comprometeu a disponibilizar os novos contatos e um link de acesso aos planos no chat. • Convergência dos Planos com as Documentações da URAE Lauren Ellen e Gomes destacaram a importância de verificar se os planos de saneamento entregues pelo Ceriso estão em consonância com as documentações da URAE, pois os planos da URAE serão os que valerão para fins de investimento. Eles relataram que a secretária de meio ambiente, infraestrutura e logística do estado que esteve em Capela também recomendou essa comparação para garantir que os cronogramas convirjam. • Preocupações com a Aprovação e Implementação dos Planos Gomes expressou preocupação com a falta de divulgação ampla dos planos nos municípios, o que não atende à lei 11.445/2007. Ele também alertou para cronogramas desatualizados em alguns planos e a ausência de audiências públicas no âmbito do legislativo, o que pode levar à não implementação efetiva dos planos. • Baixa Participação dos Municípios e Impacto na Implementação Eleusa e Maria Otilia Garcia lamentaram a baixa participação dos municípios nas oficinas e audiências públicas realizadas durante a elaboração dos planos de resíduos sólidos e saneamento. Eleusa ressaltou que a falta de engajamento dos municípios em aprovar os planos por lei pode prejudicar o comitê, a revisão do plano de bacia e o alcance das metas de investimento. • Ofício de Solicitação ao Ceriso e Reuniões Regionais Eleusa propôs a elaboração de um ofício, assinado pelo prefeito Quevedo, para solicitar formalmente ao Ceriso informações detalhadas sobre os planos e os municípios. Laura Stela sugeriu a realização de uma reunião com os prefeitos para conscientizá-los sobre a importância dos planos e, posteriormente, marcar oficinas regionais para discutir os detalhes e as providências necessárias. • Desafios da Continuidade e Conscientização dos Novos Gestores Lauren Ellen e Gomes apontaram que a troca de gestões municipais tem gerado insegurança e falta de conhecimento sobre os planos de saneamento, levando à postergação da implementação. Maria Otilia Garcia corroborou, enfatizando que as novas equipes não estão dando a devida importância aos planos, sendo necessário reconstruir o convencimento e a conscientização. • CrITÉRIOS de Hierarquização de Recursos e Privatização da Sabesp Gomes mencionou que a deliberação vigente exige que os tomadores apontem a existência e aprovação em lei dos planos para a hierarquização de investimentos. Nilceia Franchi
--	---

	esclareceu que, com a privatização da Sabesp, a empresa ainda pode usar recursos do FeHidro, mas a forma de financiamento muda, exigindo devolução dos recursos. • Alinhamento dos Planos de Saneamento com a URAE Nilceia Franchi destacou que os planos de saneamento dos municípios operados pela Sabesp (abrangidos pela URAE 1) devem estar alinhados ao planejamento de implementação dos serviços da Sabesp. Ela sugeriu que, nesses casos, a equipe da Sabesp seja incluída no trabalho de coordenação. • Próximos Passos e Agenda Futura Eleusa reiterou a necessidade de um ofício formal ao Ceriso e à Maria Otilia Garcia, assinado pelo prefeito Quevedo, para obter as informações detalhadas sobre os planos, com Laura Stela Naliato Perez e Gomes mantendo contato com o prefeito. • Atualização do Plano de Resíduos Sólidos Thiago Santoro informou que Helder não conseguiu fechar uma agenda para a atualização sobre o plano de resíduos sólidos devido às demandas e outras questões, mas que está acelerando para que a atualização seja feita o mais rápido possível. Gomes sugeriu a criação de um ofício para o saneamento e para o plano de resíduos, para que as informações sejam obtidas de forma oficial. Lauren Ellen complementou que o ofício poderia incluir informações sobre municípios que já implementaram o plano de resíduos. • Apresentação sobre a Elaboração do Plano de Resíduos Sólidos Eleusa convidou Heitor Angelini, que participou da equipe de elaboração do plano, para fazer uma complementação. Heitor Angelini ofereceu uma apresentação sobre a elaboração e a amplitude do plano. • Disponibilização e Entrega do Plano de Resíduos Sólidos Laura Stela Naliato Perez perguntou quando o plano foi disponibilizado aos municípios. Eleusa e Thiago Santoro esclareceram que houve um evento de entrega oficial do plano, com a presença da secretária estadual, Natália, há cerca de 4 a 5 meses, no início do ano, com a entrega das versões física e em pen drive. • Abrangência e Etapas do Plano de Resíduos Sólidos Heitor Angelini explicou que o plano foi realizado para os 28 municípios que integram o Ceriso, com recursos do Fecop, sendo restrito ao Ceriso para gestão regionalizada. O plano foi dividido em sete etapas, incluindo plano de trabalho, mobilização social, diagnóstico regional, prognóstico, e diretrizes para implantação, destacando a participação dos municípios em oficinas e audiências, embora com pouca adesão.
--	--

	• Detalhes do Diagnóstico do Plano O diagnóstico foi extenso e detalhado, abrangendo o panorama regional dos resíduos, processos de gestão e disposição final dos municípios, identificação de cooperativas, e formas de recuperação de resíduos. Incluiu também uma análise gravimétrica a partir de amostras por faixas populacionais. Heitor Angelini disponibilizou a apresentação para consulta. • Prognóstico e Cenários Futuros Na etapa de prognóstico, foram propostas regionalizações para disposição final, estudo de áreas com restrições e sugestões de locais favoráveis para aterros. Foi sugerida uma estrutura em três instâncias (municipal, intermunicipal e regional) para a gestão de resíduos e aproveitamento energético. O plano propõe uma solução que visa recuperar ou retirar até 72% dos resíduos enviados a aterros sanitários, seja por reciclagem ou recuperação energética. • Diretrizes e Metas do Plano O plano contempla diretrizes para implementação regional, manejo local, recuperação de resíduos sólidos e viabilização da gestão regionalizada, incluindo estrutura e equipe necessárias. As metas servem como referência para programas e projetos, pautadas no cenário de referência e como indicadores para monitoramento. Programas e projetos abrangem comunicação, educação ambiental, gestão regionalizada, coleta seletiva, cooperativas, logística reversa, monitoramento e um fundo de apoio à gestão. • Discussão sobre a Cobrança de Taxas de Resíduos A discussão sobre a cobrança de taxas de lixo foi um ponto central, com Valéria expressando que, embora seja uma solução viável para financiamento, sua implementação em Itu gerou grande instabilidade política e social, levando à revogação da lei de cobrança. Gomes complementou que a Ares PCJ promoveu discussões sobre o Artigo 35 do novo marco legal, que trata das taxas e tarifas para comprovar a sustentabilidade dos serviços. Ildeia Souza, por sua vez, destacou que a cobrança em Mairinque não se traduziu em melhorias na educação ambiental, e que o valor arrecadado é inferior aos custos de gestão. Gomes argumentou que a resistência à cobrança em Itu, um município com boa gestão de resíduos, pode ter sido uma "rejeição por elogio", sugerindo a necessidade de argumentação diferenciada. Ele enfatizou a importância de considerar a realidade de cada município, incluindo a implementação da lei para grandes geradores e o índice de coleta seletiva. Gomes também sugeriu que a cobrança vinculada à conta de energia elétrica poderia diluir os custos e alcançar áreas rurais, que não são tarifadas pelo IPTU. • Regulação e Suporte da ARES-PCJ Débora Francato (ARES-PCJ) enfatizou a necessidade da regulação para serviços de
--	--

	resíduos sólidos, conforme a Lei 11445, e a atuação da agência no apoio aos municípios na instituição e adequação de suas cobranças, desde a decisão pelo regime tarifário até o acompanhamento de projetos de lei nas Câmaras. Ela destacou a grande bagagem da agência no acompanhamento de municípios desde 2011. Débora Francato (ARES-PCJ) confirmou a disponibilidade da ARES-PCJ para participar de oficinas e lives para discutir a cobrança de taxas e a lei autorizativa, ressaltando o trabalho de interlocução e fiscalização direta que realizam nos municípios. • Importância da Educação Ambiental e da Participação da Comunidade Valéria e Ildeia Souza reforçaram que a sociedade não está preparada para a taxa de resíduos e que a educação ambiental é crucial para que compreendam a necessidade da cobrança e a importância da reciclagem. Ildeia Souza pontuou a injustiça do modelo de cobrança via IPTU, que não atinge todos os geradores de resíduos, e a falta de remuneração para os catadores que realizam um serviço ambiental essencial. • Alinhamento de Planos e Próximos Passos Eleusa ressaltou a importância de os municípios terem leis que aprovam o plano de resíduos sólidos e o plano de saneamento municipal para garantir a alocação de recursos no plano plurianual. Ela e Gomes planejam elaborar um ofício para o Ceriso solicitando um levantamento dos planos de resíduos em vigência nos municípios. • Discussão sobre o Plano de Saneamento da Sabesp Nilceia Franchi enfatizou a importância da discussão conjunta do plano de saneamento da Sabesp, especialmente para as UGRHIs da calha do rio Tietê, que enfrentam problemas de saneamento semelhantes. Ela destacou que o plano está em revisão e busca a universalização do saneamento até 2029, incluindo áreas rurais, e que as câmaras de saneamento e prefeituras devem sugerir adequações agora. Nilceia Franchi também salientou que, embora a URAE 1 seja composta por municípios atendidos pela Sabesp, outros municípios não podem ser excluídos da discussão devido à interconexão dos corpos d'água. • Disponibilização do Plano e Acompanhamento Eleusa perguntou a Nilceia Franchi sobre a disponibilidade do plano, e ela confirmou que os documentos estão no portal e que compartilharão o link. Nilceia Franchi também se comprometeu a manter a equipe da CTSAN atualizada sobre o andamento e implementação das obras e serviços pela Sabesp. • Apropriação do Plano e Preocupações Municipais Gomes expressou sua dificuldade em se apropriar do planejamento da URAE e dos investimentos para a bacia do SMT. Ele mencionou que os prefeitos não estão acompanhando as reuniões regionalizadas e que há uma desconexão entre os órgãos
--	--

	reguladores e as necessidades de saneamento, citando a autorização de fossas em novos loteamentos pela Sabesp e CETESB. Eleusa propôs uma reunião extraordinária exclusiva com Nilceia Franchi para apresentação do plano da URAE. • Integra Saneamento e Composição da URAE Laura Stela Naliato Perez e Gomes discutiram o programa "Universaliza SP", ou "Integra Saneamento", que visa atender municípios não operados pela Sabesp. Laura Stela Naliato Perez explicou que a URAE é composta por representantes de todos os municípios da Região Metropolitana de Sorocaba e dois representantes do estado, e que os municípios devem identificar áreas com maior demanda de regularização. • Relação entre Municípios e Sabesp na URAE Laura Stela Naliato Perez detalhou que o grupo da URAE facilita o relacionamento direto entre municípios e a "Nova Sabesp", com a agência reguladora também participando. Ela enfatizou a importância dos municípios avaliarem o plano da Sabesp, que inclui metas e prazos para a universalização até 2029, e destacou que a voz ativa dos municípios e seus representantes é essencial. • Municípios não Atendidos pelo Universaliza Saneamento Cecília de Barros Aranha, representante adjunta na URAE, confirmou que nenhum município da região do CBH SMT se integrou ao projeto "Integra Saneamento" ou "Universaliza São Paulo", e que estes continuam autônomos e independentes, não tendo que cumprir as metas de universalização do programa. Nilceia Franchi complementou que a URAE 1, composta por municípios operados pela Sabesp, é obrigatória, e que a adesão de novos municípios à Sabesp os integra automaticamente ao plano. • Papel dos Gestores Municipais e Conselhos Engenheiro Ambiental Jean Marcicano reforçou que os gestores municipais (secretários de meio ambiente ou diretores de saneamento) são o ponto focal para repassar informações à URAE. Ele recomendou que os gestores trabalhem com os Conselhos Municipais de Meio Ambiente para fornecer dados como áreas de impedimento legal, de APPs e de risco, e que a sociedade civil também precisa ser mais informada. • Exclusividade da URAE para Municípios Atendidos pela Sabesp Eleusa perguntou sobre a participação de Mairinque na URAE, que tem uma parceria com a Saneáqua, e Laura Stela Naliato Perez e Cecília de Barros Aranha esclareceram que a URAE é exclusiva para municípios atendidos pela Sabesp. Laura Stela Naliato Perez explicou que os comitês técnicos da URAE foram criados para acompanhar o contrato de concessão da Sabesp, servindo como um ponto de relacionamento entre
--	---

	municípios, ARCESP e a própria Sabesp para garantir o cumprimento dos objetivos contratuais. • Saneamento Rural e Novidades do Contrato da Sabesp Eleusa demonstrou interesse na inclusão do saneamento em áreas rurais nos novos contratos da Sabesp, destacando as dificuldades anteriores para projetos em zonas rurais. Nilceia Franchi confirmou que o novo contrato da Sabesp inclui o saneamento rural e que uma secretaria executiva da URAE na SEMIL fará a gestão contratual, intermediando entre Sabesp e prefeituras. Ela também mencionou a implementação da tarifa social baseada no CAD Único. • Preocupações com a Expansão Urbana e Plano Diretor Ildeia Souza expressou sua preocupação com a expansão da mancha urbana para áreas rurais através dos planos de saneamento, o que pode abrir caminho para outros usos do solo e dificultar a gestão do uso e ocupação. Ela enfatizou a necessidade de compatibilizar o saneamento com a preservação do uso do solo e a importância das reuniões presenciais para discussões complexas. Convites para Eventos e Reuniões Eleusa agradeceu a Nilceia Franchi e Cecília de Barros Aranha pelas informações e confirmou a reunião extraordinária exclusiva sobre a URAE. Lauren Ellen informou que os materiais do plano de gerenciamento de resíduos sólidos da URAE já foram enviados por e-mail. Paulo Takeyama, coordenador da Câmara Técnica do Rio Tietê, convidou todos para o evento do Dia do Rio Tietê em Salto nos dias 21 e 22 de setembro. Laura Stela Naliato Perez lembrou do evento de 30 anos do comitê em 1º de agosto, na Floresta Nacional de Ipanema, com sessão solene e comemoração festiva.
Responsável pela redação:	Lauren Ellen da Silva

LISTA DE PRESENÇA		
	Nome	Instituição
1	Alexandre Gemelli Borges da Silva	Secretaria de Meio Ambiente de Araçatiguama
2	André Luís Cressi	Prefeitura Municipal de Boituva
3	Aurildo Xavier dos Santos	AESBE-SABESP
4	Cecília de Barros Aranha	SP Aguas
5	Débora Faria Fonseca Francato	ARES-PCJ
6	Edson Thiago Santoro Alves	Prefeitura de Salto de Pirapora
7	Eleusa Maria da Silva	OAB Votorantim
8	Erika Harumy Guenkawa	Secretaria de Meio Ambiente de Votorantim



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - **CBH-SMT**

9	Fabício Lopes de Bastos	ARES-PCJ
10	Gabriel Guidolin Bertola	ARES-PCJ
11	Gabriel Neves Ramos	SEMIL-CPGRHi
12	Glaucia Cristiane de Sousa	Prefeitura de Cabreúva_setor de meio ambiente
13	Heitor Angelini	Consórcio Copbrape - Fral Consultoria
14	Ildeia maria de souza	PLENU
15	Laura Stela Naliato Perez	SEMIL
16	Lauren Ellen da Silva	ABCON
17	Luis Felipe Ventura de Almeida	ARES-PCJ
18	Maria Otilia Garcia Tomazela	CERISO
19	Nilceia Franchi	DRHI - SEMIL
20	Rodolfo da Silva Oliveira Barboza	Prefeitura de Sorocaba
21	Rosa Maria Andrade Colicchio	Rotary Club de Sorocaba Novas Gerações
22	Sara Corrêa Appendino	SAAE SALTO
23	Silvia Regina Cattel	Grupo Alerta
24	Silvia Telles	SAAE SALTO
25	Valéria Rusticci	Prefeitura Itu
26	Waldnir Gomes Moreira	Fundação Florestal
27		